



12203197



08027.000601/2020-88



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO MINISTRO**

OFÍCIO Nº 1750/2020/AFEPAR/MJ

Brasília, 24 de julho de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Federal SORAYA SANTOS
Primeira Secretária
Câmara dos Deputados
70160-900 - Brasília - DF

Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 534/2020, de autoria do Deputado Federal Ivan Valente - PSOL/SP.

Referência: Ofício 1aSec/RI/E/nº 1258

Senhora Primeira Secretária,

1. Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 534/2020, de autoria do Deputado Federal Ivan Valente - PSOL/SP, para encaminhar a Vossa Excelência informações *"sobre a atuação do Diretor-Geral da Polícia Federal"*, nos termos da documentação anexa.

Atenciosamente,

(documento assinado eletronicamente)

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, em 24/07/2020, às 16:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12203197** e o código CRC **BA4409A1**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO

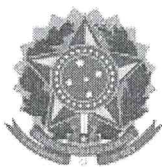
1. Despacho SIC/DOV/GAB/PF 15303224 e documentação correlata (12120338).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000601/2020-88

SEI nº 12203197

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 408 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF,
CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-9001 Site: - www.justica.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE ANÁLISE ADMINISTRATIVA - DAAD/PF

Assunto: **Requerimento de Informação.**

Destino: **DOV/GAB/PF**

Processo: **08027.000583/2020-34.**

Interessado: **Deputado Federal Ivan Valente - PSOL/SP. Ministério da Justiça e Segurança Pública.**

1. Trata-se de **Requerimento de Informações** (15139079), de autoria do Deputado Federal Ivan Valente, endereçado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.
2. Considerando o objeto da requerimento - *informações sobre a atuação do Diretor-Geral da Polícia Federal* - os autos foram enviados a esta Polícia Federal para conhecimento e manifestação.
3. Consultado o Sr. Diretor-Geral e sua agenda pública sobre os questionamentos formulados - abaixo transcritos individualmente para facilitar a resposta - tem-se a informar o que se segue.

1) Quantas reuniões o atual Diretor-Geral da Polícia Federal realizou com parlamentares da base de apoio do Governo, o Presidente da República ou qualquer de seus filhos, dentro e fora das dependências do Departamento de Polícia Federal e do Ministério da Justiça e Segurança Pública? Encaminhar cópia das agendas públicas em que tais reuniões foram divulgadas, bem como a lista de presença e ata das mesmas, conforme determina a legislação.

4. Preliminarmente, é importante esclarecer que os compromissos (e informações correlatas necessárias: assunto, local, data e participantes) do Sr. Diretor-Geral são publicados (conforme determina o Art. 11 da Lei nº. 12.813/2013) na página da Polícia Federal: <http://www.pf.gov.br/institucional/acessoainformacao/institucional/agendas/diretores/dg/agenda/2020-05-04?month:int=5&year:int=2020>.

5. É possível extrair do link acima mencionado que, desde a posse no dia 04/05/2020, foram:
 - 7 (sete) agendas com Parlamentares (Federais e Estaduais), nos dias: 08/05, 18/05, 21/05, 03/06, 09/06, 17/06 e 19/06.
 - 4 (quatro) agendas com o Sr. Presidente da República (incluídas solenidades no Palácio do Planalto), nos dias: 04/05, 08/05, 10/06 e 17/06.
6. Importante frisar que não há elaboração de ata de reuniões presididas pelo Sr. Diretor-Geral.
7. Passemos ao segundo questionamento.

2) Em que datas o Diretor-Geral da Polícia Federal manteve contato com a Deputada Carla Zambelli, pessoalmente e por meio eletrônico? Sobre quais operações em andamento no Departamento de Polícia Federal conversaram?

8. O Sr. Diretor-Geral não manteve contato com a Sra. Deputada Federal Carla Zambelli, seja pessoalmente, por meio eletrônico ou por telefone.

9. Seguindo a ordem das perguntas formuladas no requerimento:

3) Qual o fundamento jurídico e os critérios utilizados para repassar informações de operações à Deputada Carla Zambelli? Quais foram as salvaguardas utilizadas para evitar o vazamento ou o uso político das operações?

10. Tal item resta prejudicado, em razão da resposta à pergunta número 2.

11. Por último, questionou-se:

4) Quando o Diretor-Geral teve conhecimento da operação Placebo, realizada no Estado do Rio de Janeiro no dia 26/05/2020? Em que momento o Presidente da República e o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública foram informados da referida operação? Em que momento a Deputada Carla Zambelli foi informada da referida operação? □

12. Sobre a operação Placebo, foi esclarecido que se trata de informação diretamente relacionada à gestão do órgão. Eventual divulgação de informações dessa natureza, relacionadas a operações policiais, poderia comprometer atividades de inteligência e de investigação conduzidas pela Polícia Federal e relacionadas à prevenção ou repressão de infrações. Cabe ainda esclarecer, a título de informação, que a referida operação contou com a participação de outros órgãos do sistema de justiça criminal, citam-se: Superior Tribunal de Justiça, Ministério Público Federal, Polícia Civil/RJ e Ministério Público Estadual/RJ.

13. O Sr. Diretor-Geral deixou de se manifestar sobre a segunda e a terceira perguntas que compõem o quarto item, considerando que ele não tem conhecimento de quando (nem como, se diretamente pela imprensa por exemplo) as Autoridades mencionadas tomaram conhecimento da referida operação.

14. Feitos os esclarecimentos necessários, restitui-se à **DOV/GAB/PF** para providências decorrentes.

Gustavo Rézio Cubo
Delegado de Polícia Federal
Assistência/GAB/PF



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO REZIO CUBO**, **Delegado(a) de Polícia Federal**, em 08/07/2020, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15181043** e o código CRC **57C03943**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SEÇÃO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC/DOV/GAB/PF

Assunto: **Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 534/2020.**

Destino: **Divisão de Análise Administrativa (DAAD/PF).**

Processo: **08027.000601/2020-88**

Interessado: **Deputado Federal VAN VALENTE - PSOL/SP. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).**

1. Trata-se do Ofício nº 1518/2020/AFEPAR/MJ, de 24/06/2020 (SEI 15139079), que encaminha a esta Polícia Federal (PF) para manifestação, **até o dia 10/07/2020 (sexta-feira)**, o Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 534/2020, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal (CF), de autoria do Deputado Federal IVAN VALENTE- PSOL/SP, apresentado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP).
2. Consultada a Divisão de Análise Administrativa (DAAD/PF), foram apresentadas as respostas seguintes aos questionamentos formulados: 15181043-DAAD/PF.
3. Seguem os questionamentos do RIC e as respostas respectivas:

1) Quantas reuniões o atual Diretor-Geral da Polícia Federal realizou com parlamentares da base de apoio do Governo, o Presidente da República ou qualquer de seus filhos, dentro e fora das dependências do Departamento de Polícia Federal e do Ministério da Justiça e Segurança Pública? Encaminhar cópia das agendas públicas em que tais reuniões foram divulgadas, bem como a lista de presença e ata das mesmas, conforme determina a legislação.

Resposta: Preliminarmente, é importante esclarecer que os compromissos (e informações correlatas necessárias: assunto, local, data e participantes) do Senhor Diretor-Geral são publicados, conforme determina o art. 11 da Lei nº. 12.813/2013, na página da Polícia Federal (<http://www.pf.gov.br/institucional/acessoainformacao/institucional/agendas/diretores/dg/agenda/2020-05-04?month:int=5&year:int=2020>).

Assim, é possível extrair do link acima mencionado que desde a posse do atual Diretor-Geral, no dia 04/05/2020, foram:

- 7 (sete) agendas com Parlamentares (Federais e Estaduais), nos dias: 08/05, 18/05, 21/05, 03/06, 09/06, 17/06 e 19/06.
- 4 (quatro) agendas com o Senhor Presidente da República (incluídas solenidades no Palácio do Planalto) nos dias: 04/05, 08/05, 10/06 e 17/06.

Importante frisar que não há elaboração de ata de reuniões presididas pelo Senhor Diretor-Geral.

2) Em que datas o Diretor-Geral da Polícia Federal manteve contato com a Deputada Carla Zambelli, pessoalmente e por meio eletrônico? Sobre quais operações em andamento no Departamento de Polícia Federal conversaram?

Resposta: O Senhor Diretor-Geral não manteve contato com a Senhora Deputada Federal CARLA ZAMBELLI, seja pessoalmente, por meio eletrônico ou por telefone.

3) Qual o fundamento jurídico e os critérios utilizados para repassar informações de operações à Deputada Carla Zambelli? Quais foram as salvaguardas utilizadas para

evitar o vazamento ou o uso político das operações?

Resposta: Prejudicado, em razão da resposta à pergunta número 2.

4) Quando o Diretor-Geral teve conhecimento da operação Placebo, realizada no Estado do Rio de Janeiro no dia 26/05/2020? Em que momento o Presidente da República e o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública foram informados da referida operação? Em que momento a Deputada Carla Zambelli foi informada da referida operação? □

Resposta: Sobre a operação Placebo, cabe esclarecer que se trata de informação diretamente relacionada à gestão do órgão. Eventual divulgação de informações dessa natureza, relacionadas a operações policiais, poderia comprometer atividades de inteligência e de investigação conduzidas pela Polícia Federal e relacionadas à prevenção ou repressão de infrações. Cabe ainda esclarecer, a título de informação, que a referida operação contou com a participação de outros órgãos do sistema de justiça criminal, citam-se: Superior Tribunal de Justiça, Ministério Público Federal, Polícia Civil/RJ e Ministério Público Estadual/RJ.

Deixa-se de se manifestar sobre a segunda e a terceira perguntas que compõem este quarto item, considerando que não há conhecimento de quando nem como (se diretamente pela imprensa, por exemplo) as Autoridades mencionadas tomaram conhecimento da referida operação.

4. À consideração do Senhor Diretor-Geral (GAB/PF), com sugestão de remessa ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), das respostas constantes do item 3 deste despacho, no prazo assinalado, ou seja, **até o dia 10/07/2020 (sexta-feira)**.

MARIANNE PIRES EWERTON

Delegada de Polícia Federal
Classe Especial – Matrícula n.º 9504
Ouvidora da Polícia Federal
Chefe da DOV/GAB/PF



Documento assinado eletronicamente por **MARIANNE PIRES EWERTON, Ouvidor**, em 09/07/2020, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15303224** e o código CRC **3957E061**.